

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PARECER N.º 70

Senhores Deputados.—A vossa comissão de marinha, tendo analisado o decreto de Fevereiro de 1911, é de parecer que | deveis aprovar o parecer n.º 149 do Senado, que confirma o citado decreto.

Sala das Sessões, em 12 de Março de 1914.

Francisco Joaquim Ferreira do Amaral.
Philemon Duarte de Almeida.
Alfredo Rodrigues Gaspar.
José Botelho de Carvalho Araújo.
Alvaro Nunes Ribeiro.

Senhores Deputados.—A vossa comissão de finanças, tendo examinado o decreto do Governo Provisório, de 9 de Fevereiro de 1911, atendendo aos considerandos nele | exarados, julga que deveis aprovar o parecer n.º 149 do Senado, que confirma o mencionado decreto.

Sala das Sessões, em 23 de Março de 1914.

Joaquim Bazilio Cerveira e Sousa de Albuquerque e Castro.
Francisco de Sales Ramos da Costa.
Eduardo de Almeida.
José Tristão Pais de Figueiredo.
Joaquim José de Oliveira.
Luís Filipe da Mata.
Joaquim Portilheiro.
Vitorino Guimarães.
Philemon Duarte de Almeida.

N.º 24-E

Senado.—N.º 149.—Senhores Senadores.—A vossa comissão de marinha, tendo revisto o decreto do Governo Provisório, de 9 de Fevereiro de 1911, que torna extensiva à viúva e filhos do falecido capitão-tenente da armada Francisco Diogo de Sá, até a maioridade daqueles, a pensão vitalícia anual de 300\$000 réis, que pela carta de lei de 6 de Abril de 1896 lhe tinha sido concedida pelos serviços relevantes prestados na campanha da África oriental contra o régulo Gungunhana, é de parecer que o mesmo decreto, pelos conside-

randos nele exarados, deve ser confirmado.

Sala das sessões da comissão de marinha do Senado, 9 de Maio de 1912.—António Ladislau Parreira—José Maria de Pádua—Anibal de Sousa Dias—Alfredo Botelho de Sousa—José António Arantes Pedroso.

Está conforme.—Direcção Geral da Secretaria do Congresso da República, em 15 de Janeiro de 1914.—O Director Geral Interino, *José Sequeira*.

PARECER N.º 149

Senhores Senadores.—A vossa comissão de marinha, tendo revisto o decreto do Governo Provisório, de Fevereiro de 1911, que torna extensiva à viúva e filhos do falecido capitão-tenente da armada, Francisco Diogo de Sá, até a maioridade daqueles, a pensão vitalícia anual de 300\$000

réis, que, pela carta de lei de 6 de Abril de 1896, lhe tinha sido concedida pelos serviços relevantes prestados na campanha da África Oriental contra o régulo Gungunhana, é de parecer que o mesmo decreto, pelos considerandos nele exarados, deve ser confirmado.

Sala das sessões da comissão de marinha do Senado, em 9 de Maio de 1912.

António Ladislau Parreira.

José Maria de Pádua.

Anibal de Sousa Dias.

Alfredo Botelho de Sousa.

José António Arantes Pedroso.